

Proposta de Alteração Estatutária

Apresentada pela Direção à Assembleia Geral da Ad Urbem de 2016-07-01

O artigo 9.º dos Estatutos da AD URBEM é alterado, passando a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º

[...]

1. São suspensos do exercício dos seus direitos estatutários os membros que faltem ao pagamento das quotas durante três ou mais anos e que, notificados pela Direção para proceder à liquidação da quantia em falta, não o façam no prazo de trinta dias úteis contados da data da notificação.
2. A suspensão é determinada por decisão da Direção e produz efeitos a partir da notificação dessa decisão.
3. A retoma da plenitude do exercício dos direitos estatutários depende do pagamento das quotas em dívida (até ao momento da suspensão) e da existência de uma declaração do membro pela qual comunique expressamente que pretende recuperar, em toda a extensão, essa qualidade.
4. A retoma da plenitude do exercício dos direitos estatutários depende de decisão da Direção e produz efeitos a partir da notificação dessa decisão.»

O artigo 10.º dos Estatutos da AD URBEM é alterado, passando a ter a seguinte redação:

«Artigo 10.º

[...]

1. [...]
- a) [...]
- b) Deixem atrasar mais de nove anos o pagamento das quotas;
- c) [...]
2. [...].»